

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

Maio / 2011 ano XVIII nº 177

www.trt6.jus.br



Medalhas

Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira
Juiz Eurico de Castro Chaves Filho



O evento, dirigido pelo Presidente do TRT6, Desembargador André Genn (3º à esquerda), contou com a presença do Procurador-Chefe da PRT6, Fábio Farias, do Vice-Governador, João Lyra, e do Presidente do TJPE, em exercício, Desembargador Jovaldo Nunes

Regional de Pernambuco lembra abolição com entrega de medalhas

O desembargador André Genn, presidente do Regional pernambucano, comandou a tradicional cerimônia de entrega das medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho, na noite do dia 13 de maio, data em que se comemora

a abolição da escravatura. A solenidade também marcou os 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, cuja agilidade e capacidade de renovação foram enfatizados pelo presidente André Genn em

seu discurso de abertura.

Além de celebrar a data histórica com a entrega das comendas a magistrados, servidores, instituições e personalidades de diversas áreas, o TRT6 rendeu homenagem aos magistrados e servidores que atuaram nas ações emergenciais de prevenção de

danos nas Varas do Trabalho da Mata Sul que foram atingidas pelas chuvas. Todos foram agraciados com certificados em que consta o Voto de Aplauso e Reconhecimento aprovado unanimemente pelo pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no dia 10 de maio.

“Mudanças sociais exigem respostas inovadoras”, afirma Desembargador André Genn

Confira principais pontos do discurso do Presidente André Genn durante cerimônia de entrega das comendas

A abolição

Há exatos 123 anos, foi assinada, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Imperial Regente, Isabel, juntamente com o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, a Lei Áurea, pondo fim legal a mais de três séculos de regime escravocrata no Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão.

Composta de apenas dois artigos, trouxe, no seu âmago, o início da mais profunda reforma na sociedade brasileira. A extinção formal do regime de escravidão simboliza o início de novo processo sócio-econômico, ainda em construção, na busca do respeito à dignidade do ser humano e no desenvolvimento da cidadania, por meio de relações livres de trabalho.

Além da marcante exigência social e da pressão política internacional, as condições econômicas exigiam a radical transformação. Conforme expõe Celso Furtado, em seu clássico “Formação econômica do Brasil”, a escravatura “uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país”.

A Justiça do Trabalho

Antes mesmo da abolição, já estavam maduras as condições favoráveis ao início do desenvolvimento das relações entre capital e trabalho, cuja complexidade, pouco mais de meio século depois, daria ensejo à criação da Justiça do Trabalho,

que este ano comemora 70 anos de instalação, e, temos certeza, de grandiosos serviços prestados ao país.

Tendo como embrião as Comissões Mistas de Arbitragem, a Justiça do Trabalho foi criada em 1º de maio de 1939, sendo instalada em 1º de maio de 1941, durante ato público, realizado pelo então Presidente Getúlio Vargas.

Estruturada em três instâncias, era integrada, em sua base, por Juntas de Conciliação e Julgamento, que eram compostas por um Juiz de Direito, que a presidia, nomeado pelo Presidente da República, para mandato de dois anos e por dois vogais, indicados pelos sindicatos, para igual mandato. Em nível intermediário, ficaram os Conselhos Regionais do Trabalho, encarregados de deliberar



Foto: JB Produções

sobre recursos, e, em nível superior, o Conselho Nacional do Trabalho, integrado por dezenove membros, nomeados pelo Presidente da República, também para mandato de dois anos.

Distribuídas pelo País havia 36 JCs, oito Conselhos Regionais, origem dos atuais Tribunais Regionais do Trabalho, e o Conselho Nacional do Trabalho, antecessor do Tribunal Superior do Trabalho.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica
(Tiragem: 1.500 exemplares)

A 6ª Região

No âmbito da nossa região, foi criado o 6º Conselho Regional do Trabalho, com 04 Juntas de Conciliação e Julgamento, do qual se originou o Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, com sede em Pernambuco, e, durante longo período, com jurisdição também sobre os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Ao longo destes 70 anos, passou a Justiça do Trabalho por marcantes e profundas transformações, com especial destaque para sua inserção no âmbito do Poder Judiciário, por força da Constituição de 1946, e com a extinção da representação classista, promovida por Emenda Constitucional de 1999.

A agilidade e capacidade de renovação da Justiça do Trabalho, ao longo de sua história, trazem a este ramo especializado do Judiciário sólido reconhecimento público de sua importância fundamental como agente de promoção da paz social, da cidadania e do amadurecimento das relações sociais.

Desafios constantes

Enquanto comemoramos a passagem de tão marcante lapso temporal, temos a absoluta consciência da permanente necessidade de atualização, para acompanhar e poder responder às mudanças sociais,

que nos exigem respostas cada vez mais rápidas e inovadoras.

O crescimento econômico pelo qual, afortunadamente, passa o país, e, notadamente o estado de Pernambuco, traz ao Judiciário Trabalhista novos patamares de necessidades e exigências. E, para responder à sociedade, é necessário dotar a Justiça do Trabalho das condições humanas e materiais condizentes à relevância de sua missão constitucional.

Para tanto, revela-se essencial o aprofundamento da capacitação de magistrados e servidores, a ampliação do acesso à Justiça, fixando seus órgãos em quantidade suficiente a atender à população, bem como o incremento das mais avançadas ferramentas tecnológicas, notadamente pela implantação do processo eletrônico, com gigantescos benefícios à população.

Para alcançar a meta de cada vez melhor servir, é que a Justiça do Trabalho de Pernambuco promoveu projeto de lei, ora em tramitação na Câmara Federal, que amplia a bancada do Tribunal e cria mais nove Varas do Trabalho na Sexta Região, e que vem recebendo integral apoio da bancada de deputados do Estado, já tendo sido aprovada no âmbito de todas as Comissões por onde tramitou, estando atualmente para ser incluído na pauta do plenário da Câmara.



Foto: JB Produções

Em paralelo, tem o TRT da 6ª Região encontrado decisivo apoio e participação dos parlamentares pernambucanos na elaboração da lei orçamentária, buscando suprir parte das necessidades do órgão, ao que expressamos o nosso reconhecimento e o agradecimento da sociedade, alcançada por melhores serviços.

Medalhas e condecorações

Ao mesmo tempo em que busca a Justiça o Trabalho cumprir o seu papel constitucional, e com isto influenciar positivamente nas relações sociais, vale-se desta mesma sociedade, notadamente dos grandes valores que a compõem, como fonte de inspiração à sua atuação.

É justamente neste contexto que foi criada, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, a Medalha Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, conferida anualmente a persona-

lidades ou instituições que, por suas qualidades, tenham-se distinguido no seu campo de atuação ou hajam prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho da Sexta Região.

A Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira foi criada em agosto, na gestão do então presidente do TRT da 6ª, José Guedes Corrêa Gondim Filho. A iniciativa fez parte das comemorações do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, que veio a ser realizada em 1988. A Justiça do Trabalho considera que a Abolição foi o marco mais importante nas mudanças de relações de trabalho no País. O nome da medalha, uma homenagem ao Conselheiro João Alfredo, foi escolhido como forma de reconhecimento ao papel que desempenhou em relação “à redenção do homem e do seu trabalho na sociedade”.

TRT6 comemora 70 anos e entrega Medalha



Medalha

Na noite do dia 13 de maio, data em que se comemora a abolição da escravidão, o presidente do TRT6, desembargador André Genn, fez a entrega das Medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho. Foram homenageados magistrados, servidores, instituições e personalidades de diversas áreas.



Fotos:Stela Maris

Entre os agraciados com a comenda João Alfredo Corrêa de Oliveira, o vice-governador de Pernambuco, João Lyra, o presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), juiz Luciano Athayde, a presidente da Amatra6, juíza Luciana Conforti, os deputados Gonzaga Patriota, Fernando Ferro, Pedro Eugênio e José Chaves, o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano, os juízes do TRT6 Ana Isabel Guerra, Guilherme Mendonça, Larry da Silva Filho e Maria de Betânia Villela e o desembargador ex-presidente do TRT da Paraíba Edvaldo Andrade. A Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho foi concedida ao juiz do TRT6 Hélio Galvão e a um grupo de 20 servidores.



TRT6 comemorou os 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Durante a cerimônia, André Genn ressaltou que a extinção do regime escravocrata significou o começo de um novo processo social e econômico no Brasil, que ainda está em construção, marcado pelo respeito à dignidade e pelos valores do trabalho livre. A abolição deu “início à mais profunda reforma na sociedade brasileira”, disse.

Referindo-se aos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho, André Genn observou que ao longo desse período a instituição tem grandiosos serviços prestados ao Brasil. “A agilidade e capacidade de



André Genn condecora magistrados do TRT6 - Ana Isabel Guerra Barbosa Koury(1), Guilherme de Moraes Mendonça(2), Luciana Paula Conforti(3), Larry da Silva Oliveira Filho(4) e Maria de Betânia Silveira Villela(5)

Medalhas do Mérito Judiciário e Funcional

Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira Mérito Judiciário

renovação da Justiça do Trabalho no decorrer de sua história trazem a este ramo especializado do direito o sólido reconhecimento público fruto da certeza do fundamental papel que cumpre como agente de promoção da paz social e da cidadania”, completou.

Atento aos novos desafios que a Justiça do Trabalho tem de enfrentar, André Genn afirmou que “Enquanto comemoramos a passagem de tão importante lapso de tempo, temos absoluta consciência da permanente necessidade de atualização com o objetivo de acompanhar e poder responder as cada vez mais velozes mudanças sociais, que nos exigem respostas rápidas e inovadoras”.

Agraciados 2011

- | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Alexandre de Moraes Rego | José Severiano Chaves |
| Ana Isabel Guerra Barbosa Koury | Larry da Silva Oliveira Filho |
| Edvaldo de Andrade | Luciana Paula Conforti |
| Fernando Dantas Ferro | Luciano Athayde Chaves |
| Guilherme de Moraes Mendonça | Maria de Betânia Silveira Villela |
| Henrique Neves Mariano | Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral |
| João Soares de Lyra Neto | Raul Belens Jungmann Pinto |
| Fernando Bezerra de Souza Coelho | |

INSTITUIÇÃO

CERVAC – Centro de Reabilitação e Valorização da Criança

FUNDAÇÃO TERRA

Agraciado 2010

Luiz Gonzaga Patriota

Fotos:Stela Maris



1



2



3

Personalidades políticas, civis e do Judiciário e entidades foram condecoradas com a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, dentre elas, o vice-governador de Pernambuco, João Lyra (1), o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano (2), o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves (3), o delegado adjunto da Receita Federal do Recife, Alexandre de Moraes Rego (4), o desembargador do TRT13, Edvaldo de Andrade (5), os deputados federais Fernando Dantas Ferro (6), José Severiano Chaves (7), Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral(8) e Luiz Gonzaga Patriota (9) - agraciado de 2010 -, Cervac, representado pelo Pe. Edvaldo Gomes (10), e Fundação Terra, representada por Wellington Santana (11)

Fotos: JB Produções



4



5



6

Foto:Stela Maris



10



7



8



9 - 2010

Foto:Stela Maris



11



Medalha

Juiz Eurico de Castro Chaves Filho

Mérito Funcional

Neste ano de 2011, o Tribunal Regional da 6ª Região agradeceu com a Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves um magistrado e 20 servidores.

“Nossa Corte presta uma homenagem aqueles que ao longo de anos contribuíram de forma efetiva e, muitas vezes, silenciosa para o engrandecimento da Instituição com compromisso e responsabilidade social”, afirmou o desembargador André Genn, no momento que antecedia a entrega da comenda Juiz Eurico de Castro Chaves Filho.

Fotos:Stela Maris





7



8



10



12



14



15



16



14



19



20



2010-1

Durante a cerimônia de entrega das medalhas, o presidente do TRT6 enalteceu a importância dos servidores para a realização da prestação jurisdicional

Fotos: JB Produções

Agraciados 2011

Hélio Luiz Fernandes Galvão
Juiz do TRT da 6ª Região - Titular da
5ª Vara do Trabalho do Recife - PE

SERVIDORES

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1-Ademir Gurgel | 9-José Carlos de Lima |
| 2-Climir Peixoto Pereira E Silva | 10-José Itamar da Rocha |
| 3-Darci Dias de Queiroz Nunes | 11-José Tarcísio Dantas |
| 4-Dickson Sampaio de Freitas | 12-Josenilda Ramos da Silva |
| 5-Flávio Braga Pinto | 13-Maria Gilda de Freitas Araújo |
| 6-Gisélia Maria De Souza Costa | 14-Maria do Socorro Nunes Gomes |
| 7-Iracema Maria Rodrigues Da Silva | 15-Maria Izabel de Caldas Dias |
| 8-Jaime Januário da Silva | 16-Marineide das Chagas Gonçalves |
| | 17-Mizael José de Farias |
| | 18-Osmar Vilarim da Cunha |
| | 19-Reginaldo José do Nascimento |
| | 20-Walter de Lima Maciel |

Agraciado 2010

- 1-Francisco Fernandes Eptácio Pereira



TRT6 homenageia magistrados, servidores e prestadores de serviço que evitaram danos nas VTs



Ação preventiva de magistrados e servidores foi determinante para proteger processos e equipamentos

Durante a cerimônia de condecoração das medalhas, o desembargador André Genn homenageou magistrados e servidores que atuaram nas ações emergenciais para prevenção de danos nas Varas do Trabalho atingidas pelas recentes chuvas que provocaram vários estragos na região da Mata do Sul pernambucana. Eles foram agraciados com certificados em que consta o Voto de Aplauso e Reconhecimento proposto por André Genn e aprovado unanimemente pelo Pleno do TRT6 no dia 10 de maio.

As ações preventivas foram tomadas nas VTs de Catende, Palmares e Barreiros. O juiz titular da Vara do Trabalho de Palmares, Antônio Wanderley Martins, conta que, no dia em que aconteceu a enchente, 03 de maio, foi acordado às 3h pela diretora de secretaria, Adriana Paula de Lima

e Silva. Ela mencionou que os moradores da cidade estavam colocando seus móveis em caminhões para transportar para a parte alta do município e disse também que o volume do rio Una

estava muito alto. Diante dessa descrição, Antônio Wanderley decidiu telefonar para a presidência deste Regional. Em seguida, o presidente do TRT6, desembargador André Genn e Antônio Wanderley entraram em contato com o Setor de Manutenção do Tribunal (Sema), o qual enviou um caminhão para fazer o transporte do mobiliário. Os autos dos processos, por sua vez, foram levados para a casa da oficiala de justiça que atua junto àquela unidade judicial, Márcia Antonieta de Araújo Crisóstomo, onde ficaram guardados até o começo da semana seguinte, quando a água baixou e tudo foi levado de volta para a VT. Já a assistente do diretor de secretaria da Vara Trabalhista de Catende, Josemília Maria da Silva,

relata que, no mesmo dia, se dirigiu àquela VT por volta das 5h30 da manhã e, com a ajuda de dois prestadores de serviço, transportou tudo o que se encontrava no térreo da unidade para o primeiro andar. Quando terminaram, pouco depois das 7h, a água já se espalhava pela parte de trás do terreno. Minutos depois, por volta das 7h15, o térreo estava totalmente alagado.

André Genn aproveitou o momento, registrando que “para que atos de tamanha importância possam servir de exemplo à sociedade em geral é que o TRT aprovou voto de louvor a esses magistrados e servidores, incorporando de modo excepcional tal homenagem a esta solenidade de entrega das comendas.”

Homenageados com Voto de Aplauso e Reconhecimento

Magistrados, servidores e prestadores de serviço que atuaram nas ações emergenciais para prevenção de danos causados pelas recentes chuvas na Zona da Mata Sul de Pernambuco

1ª Vara do Trabalho de Barreiros:

Dra. Renata Lapenda Rodrigues de Melo, *Juíza Titular*

Helio Lúcio Virgínio Donato, *Diretor de Secretaria*

Carlos Alberto da Silva Batista, *Assistente do Diretor de Secretaria*

André Marco Feller Silva, *Assistente do Juiz Titular*

2ª Vara do Trabalho de Barreiros:

Dr. Rogério Freyre Costa, *Juiz Titular*

Expedito José Alves dos Santos, *Diretor de Secretaria*

Alberto Moura Reis, *Assistente do Diretor de Secretaria*

José Evandro Lobo de Souza, *Assistente de Secretário*

Manoel Luiz da Silva Filho, *Assistente do Juiz*

Maria Daisyanne da Silva Albuquerque, *Encarregada do Protocolo*

Distribuição dos Feitos das Varas do Trabalho de Barreiros:

Leonardo Jorge Vieira, *Chefe da Distribuição*

Ademar da Silva, *Assistente*

Vara do Trabalho de Catende:

Dr. Gênisson Cirilo Cabral, *Juiz Substituto*

Josemília Maria da Silva, *Assistente do Diretor de Secretaria*

Vara do Trabalho de Palmares:

Dr. Antônio Wanderley Martins, *Juiz Titular*

Adriana Paula de Lima E Silva, *Diretora de Secretaria*

José Horácio de Melo Sales, *Assistente do Juiz*

Divanildo Soares da Silva, *Servidor*

Prestadores de Serviços:

Adelmo Gomes Ferreira

Ricardo Maris

Fábio José Menino Ferreira

Hugo Leonardo Nascimento do Santos

Cícera Maria da Silva

Levi Manoel da Silva

Albertino José de Melo Júnior

Milton Demery Neto

José Amaro da Silva



Medalhas

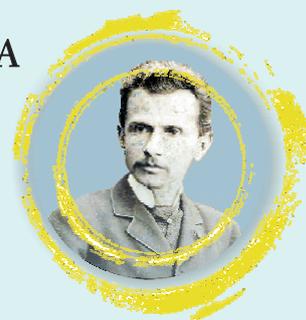
Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira
Juiz Eurico de Castro Chaves Filho



MEDALHA CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA

Categoria mérito judiciário, é concedida a personalidades nacionais e estrangeiras que, por suas qualidades, tenham-se distinguido no seu campo de atuação ou hajam prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho da Sexta Região.

O Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira foi um dos grandes estadistas brasileiros do Segundo Reinado. Seu nome está ligado ao processo de abolição da escravatura, sendo signatário da Lei Áurea juntamente com Sua Alteza Imperial Regente Princesa Isabel. Na trajetória de sua vida teve grande destaque não só no campo político e administrativo, como teve grande preocupação com o direito e a história.

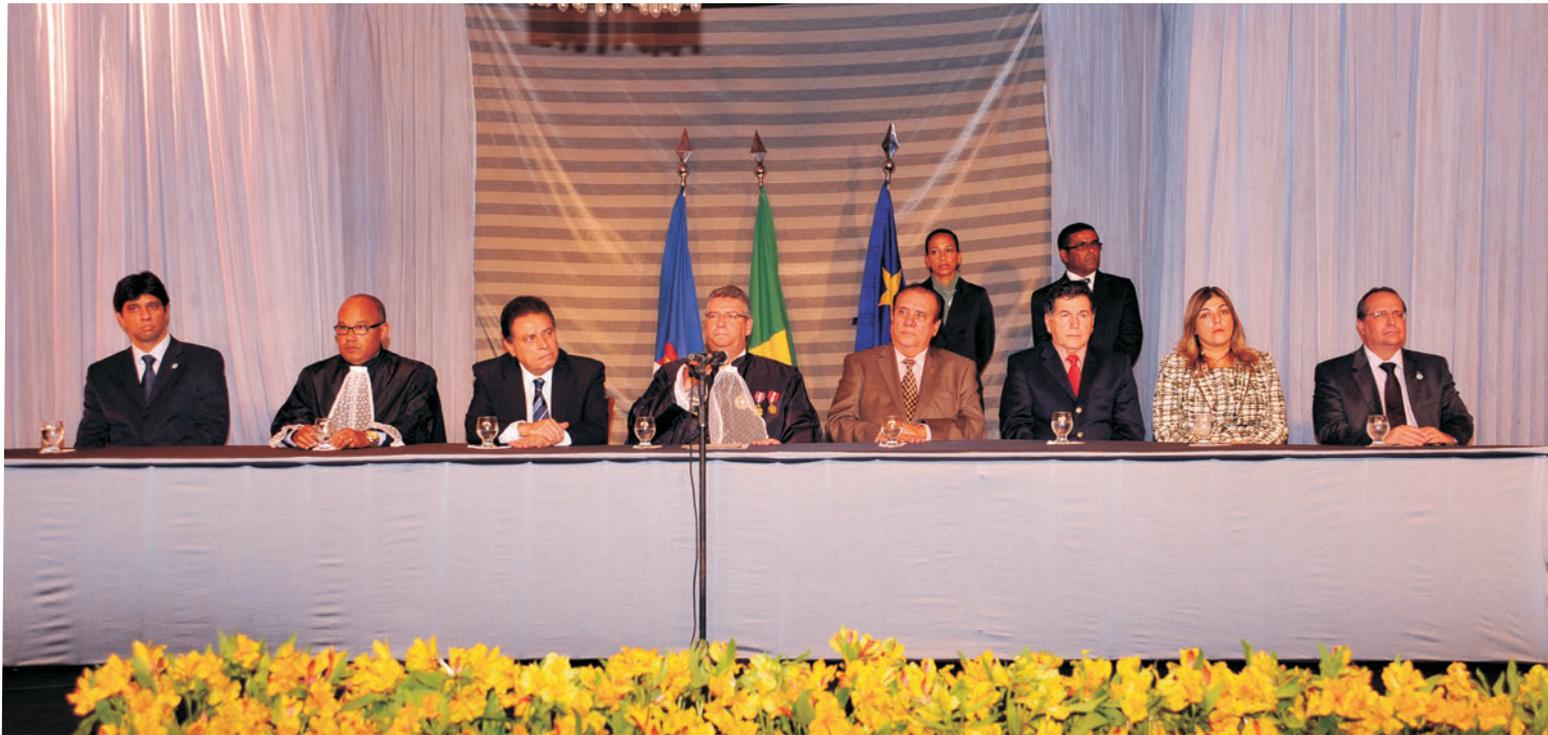


MEDALHA JUIZ EURICO DE CASTRO CHAVES FILHO

Categoria mérito funcional, é concedida a Magistrados e Servidores ativos e inativos da Justiça do Trabalho da Sexta Região que tenham implementado as condições para aposentadoria voluntária, sem que haja registro de punição funcional.

O Juiz Eurico de Castro Chaves Filho foi Presidente do Tribunal em várias ocasiões e sob sua direção o órgão passou a integrar o Poder Judiciário Federal.





Criadas em 1988, as Medalhas marcam o reconhecimento do Tribunal a juízes, servidores e a personalidades da sociedade civil que, com seu trabalho, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Na cerimônia deste ano, a mesa foi composta pelo presidente do TRT6, desembargador André Genn, a vice-presidente, desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, a corregedora, desembargadora Gisane Araújo, os desembargadores que integram o Pleno do Tribunal, o vice-governador do estado de Pernambuco, João Lyra Neto, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco em exercício, desembargador Jovaldo Nunes, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Fábio André de Farias, o presidente da Câmara Municipal do Recife, vereador Jurandir Liberal, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciano Athayde Chaves e a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região, juíza Luciana Conforti.



Desembargadores do TRT6 na composição da mesa durante a cerimônia de condecoração com as Medalhas (acima) e as desembargadoras Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, vice-presidente do TRT6, e Gisane Barbosa de Araújo, corregedora do Regional (ao lado)